

A crise da universidade brasileira

Gauss M. Cordeiro
e Francisco Cribari Neto *

Muito se tem discutido acerca da crise nacional que assola há mais de uma década as nossas universidades. Muitas soluções foram buscadas e outras tantas têm sido tentadas, embora não tenham logrado os resultados pretendidos. A grande maioria das nossas universidades, ao nosso ver, se encontra dissociada dos reais e inatacáveis valores acadêmicos, apresentando-se como órgãos burocráticos com muitos ofícios, reuniões pouco objetivas e discussões de cunho fortemente político; e, o que é de se lastimar, produzindo pouca ciência. Salvam-se esforços isolados de uma minoria de pesquisadores realizando a quase totalidade da pesquisa científica do nosso país.

Este nosso ponto de vista não teria lugar ou sentido em qualquer universidade internacional de renome. Em primeiro lugar, porque nas prestigiosas universidades estrangeiras a carreira docente é algo vivo, dinâmico e evolutivo. Em segundo lugar, porque imperam nas universidades internacionais os valores de competência, eficiência e disciplina, tão ausentes do setor público nacional como

um todo. Nestas instituições existe uma estrutura informal de hierarquia alicerçada unicamente no renome adquirido através da produtividade científica. Contrariamente, na grande maioria das nossas instituições reina um absoluto nivelamento burocrático, que não possibilita distinguir aqueles que realmente produzem daqueles que apenas hibernam. O adjetivo apropriado para qualificar tal nivelamento pode ir de injusto a vergonhoso, passando por inaceitável e incompreensível. As exceções são pouquíssimas.

Entre os muitos descaminhos de nosso sistema universitário alguns merecem destaque, a saber: o gigantismo, a gratuidade, a infiltração de partidos políticos e a crise da pesquisa.

Quanto ao gigantismo, dados referentes a 1989 revelam que as federais brasileiras possuem, em média, um funcionário técnico-administrativo para cada 4,3 alunos e um professor para cada oito alunos. Isto se encontra completamente fora dos padrões internacionais de eficiência. A título comparativo, nas 200 universidades norte-americanas de maior prestígio, a média de alunos por docente é 14, e na Europa 15. A consequência mais imediata deste gigantismo é uma elevação desproporcionada nos custos uni-

tários. Assim, o custo médio anual de um aluno nas federais em 1988 foi de US\$ 8.083, contra US\$ 5.100 na Grã-Bretanha e US\$ 3.975 no Canadá. Se a sociedade, assim, paga tão caro por um sistema universitário, é porque dele espera receber um retorno bem específico, através de desenvolvimento científico e tecnológico e da formação de profissionais bem qualificados.

A "gratuidade" do ensino, por sua vez, constitui-se em um poderoso mecanismo concentrador de renda, pois dados têm revelado que nas universidades federais e estaduais paulistas os pobres são minoria. É claro que os alunos de famílias mais abastadas não estudam "de graça". Seus estudos são pagos na maioria das vezes com impostos arrecadados junto a pessoas mais pobres, sempre afastadas dos meandros da sonogação. Torna-se, assim, imperioso adotar um sistema de ensino pago, onde os pobres não apenas estudem gratuitamente, como ainda recebam bolsas de estudos. Que a universidade continue pública, mas que seja paga.

Um outro descaminho é a infiltração de partidos políticos. Muitos docentes tentam utilizar a universidade como trampolim de batalhas políticas, em nítido desrespeito à pluralidade e, principal-

mente, à nobreza desta instituição. A universidade é o berço de atividades acadêmicas. Não podemos aceitar o que muitos desejam: transformá-la em uma confluência de partidos políticos, sob o risco de arruiná-la.

No que tange às atividades básicas da universidade, a pesquisa assume um papel central, uma vez que possui efeitos multiplicadores sobre as demais. E como anda a situação global da pesquisa em nosso país? Acharmos que muito mal. O índice de desenvolvimento científico (número de artigos científicos publicados por ano e por milhão de habitantes) do Brasil mostra-se em média 30% inferior ao da América Latina. Estamos ainda cerca de 100 vezes abaixo dos Estados Unidos e de 10 vezes abaixo da média mundial. Com tanta improdutividade científica, a nossa sociedade se vê — compreensivelmente — cada vez menos disposta a investir em um sistema universitário que não contempla os seus interesses e nem fornece o retorno pretendido.

Como justificar a baixíssima produção científica nas universidades brasileiras? Muitos argumentam que esta se deve à falta de recursos. Isto, a nosso ver, não procede, mesmo porque o custo médio anual de cada aluno no Brasil é um dos

mais altos do mundo. A linearidade deste raciocínio não permite ainda explicar a coexistência de pesquisadores ativos e professores que nada produzem dentro de uma mesma instituição. Acreditamos que a baixa qualificação do corpo docente é em grande parte responsável pela baixa produtividade. A proporção média de professores com doutoramento nas universidades federais é de apenas 16%, enquanto nos Estados Unidos esta média é de 80%.

Para confirmar a nossa assertiva anterior, ao analisarmos dados de 1988 de várias federais constatamos que: o coeficiente de correlação entre o número de artigos científicos publicados e o número de doutores é cerca de 13 vezes superior àquele verificado entre o número de artigos e o total de professores, incluídas todas as titulações; o mesmo coeficiente de correlação entre a produção científica e a percentagem de professores sem doutorado chega mesmo — pasmem! — a ser negativo, ao passo que esta medida para a fração de doutores é de 78%. Estes resultados possibilitam inferir que não é a quantidade, mas sim a qualidade do corpo docente que explica a produtividade acadêmica.

Diagnosticada a baixa produtividade científica, que atitudes poderiam ser to-

madas visando a aumentá-la? Damos as seguintes sugestões: reestruturação da carreira docente nas federais; criação do salário variável com níveis determinados pela produção científica; incentivo por parte da instituição para graduados e mestres realizarem programas de pós-graduação; fortalecimento do intercâmbio científico; renovação do quadro docente de vários departamentos; extinção de cursos ineficientes; direcionamento da universidade para a interação com a comunidade e com os órgãos públicos na solução de seus problemas; e forte associação com o setor privado, beneficiando-se de seu financiamento.

Finalizando, segundo Hannah Arendt, existem três tipos de verdade: a verdade factual, cujo contrário é a mentira; a verdade científica, cujo contrário é o erro; e a verdade filosófica, cujo contrário é a ilusão. Deste modo, negar que a pesquisa nacional está mergulhada em um grande caos é mentir. Negar que este caos seja devido em grande parte à má qualificação do corpo docente é um erro. E defender um modelo de universidade dissociado dos reais valores acadêmicos é uma ilusão.

* PhD em Estatística e pesquisador do CNPq; mestre em Economia e doutorando na University of Illinois at Urbana Champaign